

No centenário da *Rerum Novarum*

No decurso das páginas que se seguem, chegaremos ao ponto no qual chamaremos a atenção dos nossos leitores ecumênicos para a seção número 72 da famosa encíclica do papa Leão XIII (1878-1903), *Rerum Novarum*¹. Focalizaremos, então, a sentença conclusiva daquela seção, assim como a passagem da *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino (c.1225-1274), que o autor da encíclica ali colocou em rodapé². A referida sentença do texto encíclico diz: “Pois as leis devem ser obedecidas apenas enquanto estiverem de acordo com a justa razão e, portanto, com a eterna lei de Deus”.

A referida passagem de S. Tomás de Aquino afirma: “A lei humana é lei apenas em virtude da sua concordância com a justa razão e, portanto, é manifesto que ela emana da lei eterna. E, na medida em que ela [a lei humana - LHL] se desvia da justa razão, é chamada de lei injusta; em tal caso, ela não é lei alguma, mas uma espécie de violência.”

Há cem anos, a encíclica *Rerum Novarum* cuidou de remediar o mal então cometido por uma “voraz usura”, que, “embora freqüentemente condenada pela Igreja, contudo praticada sob outra forma por homens avarentos e vorazes, tem acentuado o mal” efetuado pela entrega de trabalhadores “sós e indefesos à desumanidade dos patrões e à cobiça irrefreada dos competidores”³.

À época do assassinato do presidente dos EUA, John F. Kennedy, no final de 1963, haviam transcorrido, aproximadamente, três quartos de século. Parecia, então, a muitos observadores que os pleitos de justiça econômica da encíclica *Rerum Novarum*, se ainda não haviam sido implementados, estavam seguramente a caminho de sê-lo.

Nos chamados setores “capitalistas industrializados” do planeta, o movimento sindical e outros agentes de melhoramentos haviam obtido - e continuavam a obter - ganhos valiosos e putativamente permanentes nos direitos humanos para a maioria das camadas das populações. Conquanto se houvesse estabelecido uma forma maléfica de neocolonialismo ao final da Guerra Mundial de 1939-45, o espírito do Primeiro Projeto Decenal de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas e a Aliança para o Progresso da Administração Kennedy sugeriam um compromisso com a justiça global, em paralelo com e, talvez, ecoando a expansão do movimento pelos direitos civis dentro dos próprios EUA.

Entretanto, em meados da década de 1960, aquele sentido esperançoso de desenvolvimento foi revertido. Durante o último quarto de século, as condições sociais na maior parte do mundo estão, em média, bem piores do que durante os anos 60 e ameaçam tornar-se ainda piores do que há um século.

As tendências malignas que ensejaram essa recente calamidade não são, de modo algum, fenômenos novos. Uma causa principal conspícua da intensa pauperização e da ameaça à espécie humana, durante o último quartel, tem sido a matança aplicada de forma intencional e despudorada por formas da velha “voraz usura”, como as chamadas “condicionalidades” do Fundo Monetário Internacional (FMI), com a finalidade premeditada de promover incrementos rápidos e em larga escala das taxas de mortalidade por meio da desnutrição, enfermidades e mecanismos correlatos.

A mais incisiva das características incluídas no novo mal é a influência dominante da chamada “Nova Era”. Essa característica inclui expressões presentemente pandêmicas, como a “contracultura do rock-drogas-sexo” e expressões

irracionais de homicídio em massa do autodenominado “ecologismo” ou “neomalthusianismo”.

A “Nova Era” em si não é uma forma inteiramente nova do mal. Na verdade, é um mal tão antigo quanto as raízes pagãs do gnosticismo. Antes do lançamento da “Nova Era” como um movimento de massas nos Estados Unidos, em 1963, esta forma de satanismo era um câncer endêmico, tal como se manifestava no existencialismo teosófico dos seguidores do pró-nazista Friedrich Nietzsche (1844-1900) e nos satânicos pró-maçons das redes de Aleister Crowley.

O fato relevante a respeito é a maneira cada vez mais ousada com a qual os dois males, a “Nova Era” e a usura, exibem as suas afinidades mútuas naturais, combinando as suas forças até mesmo na cúpula do poder anglo-americano para impor, sob os mal empregados rótulos da “liberdade” e da “ecologia”, o rápido extermínio e a proscricção de todas as barreiras científicas e morais à pauperização avassaladora e à opressão ditatorial da Humanidade.

Tais são as principais distinções características entre os problemas enfocados há um século e os atuais.

A antiga hegemonia do progresso científico e tecnológico, de cuja continuidade depende a existência da população, está sendo suprimida tanto pela perda da simples racionalidade na educação dos jovens quanto pela disseminação do culto pa-gão do “ecologismo” anticientífico e irracional. Concomitantemente com tais efeitos específicos e catastróficos, as forças européias e americanas dedicadas ao extermínio calculado das populações de todas as nações em desenvolvimento e ao extermínio da fé e da consciência cristãs chegaram, visivelmente, à ascendência nos processos políticos da maior parte das instituições governamentais internacionais e nacionais que, hoje em dia, atingiram e lideram o domínio no planeta .

O ponto de vista ecumênico

Nós propomos que é necessário, embora não suficiente, encarar o referido estado de coisas sob um ponto de vista cristão. Por razões práticas, é essencial que mesmo o ponto

de vista cristão seja aqui apresentado sob um enfoque ecumênico, sendo esta expressão exemplificada pelo diálogo *De Pace Fidei*, do Cardeal Nicolau de Cusa (1401-64)⁵. Por este motivo, consideramos importantíssimo referenciar a frase e a nota de rodapé anexa da encíclica, explicitamente citadas (vide também o anexo XIII).

Fés diversas, religiosas e/ou seculares, podem convergir para um acordo de princípio apenas de duas formas alternativas de manifestação de boa vontade. Em um caso, elas podem concordar em torno de um elemento comum da doutrina ensinada, como o princípio do monoteísmo, em oposição ao pluralismo panteísta da Babilônia e da Roma pagãs, ou ao culto de Apolo em Delfos. Ou, por outro lado, fés diferentes podem chegar a uma coincidência de pontos de princípio pelos meios indicados nos aspectos referidos da seção 72 da encíclica. É nesta última alternativa que concentraremos aqui a nossa atenção.

É um propósito evidente do autor da encíclica que a sua própria intenção e o da referida passagem da *Summa Theologica*, com respeito à razão, sejam recebidas como idênticas. Adotaremos aqui esta intenção.

A fé pode ler aqueles textos que considerar sagrados, ou comentários das autoridades sobre tais textos. Ou a fé pode “ler o livro aberto da natureza universal”, um livro escrito pelo próprio Criador. É aceito por todos, homens e mulheres de boa vontade ecumênica, que os dois tipos de texto - os escritos e o livro da natureza - não podem se contradizer, desde que o escrito seja verdadeiro e que, tanto ele quanto o texto natural, sejam lidos com o olhar interior da verdadeira razão (vide o Anexo XIV).

Assim, onde os textos doutrinários divergem, devemos dirigir o olhar da razão ecumênica para o livro comum da natureza.

Discutamos este ponto de duas maneiras. Enfatizemos, por um lado, a noção ecumênica de *representação inteligível* de um princípio de conhecimento de causa e efeito em nosso universo, um meio pelo qual todos os homens e mulheres, a despeito de diferenças na profissão de fé monoteísta, possam

conduzir os seus próprios poderes racionais para a concordância em torno de um princípio comum de lei. Em segundo lugar, reforçemos a importância de enfatizar como tais os princípios *cristãos* da civilização, mesmo sob o referencial de um ecumenismo monoteísta (vide o Anexo XIII).

Consideremos a seguir uma ilustração simples.

A mais antiga das astronomias conhecidas, a dos antigos povos vedas da Ásia Central ⁶, ilustra a maneira óbvia pela qual um povo assim denominado “primitivo” pode construir um calendário astronômico solar confiável a partir de zero. Observemos, sucessivamente, a posição do sol ao nascer, ao meio-dia e ao pôr-do sol. Marquemos cada uma dessas observações em pedra. À noite, observemos as constelações e suas estrelas para as quais cada uma das três respectivas observações diurnas apontam. Depois de cinco anos, obtemos assim os dados sobre os quais basear um calendário astronômico solar de aproximadamente 365 1/3 dias por ano-calendário, medindo o ano de solstício de inverno a solstício de inverno ou de equinócio vernal a equinócio vernal.

Pelo mesmo método, chega-se ao ciclo equinocial longo, decamilenar. Assim, um sistema de astronomia solar, livre das loucuras da deusa-prostituta Shakti e de Ishtar, é construído com o auxílio da razão. Assim pode ser lido o livro da natureza - o divino livro da natureza.

Por tais revoluções sucessivas e de maneira semelhante, a *razão* nos revela que o nosso universo tem a forma aparente de um processo unificado de causa e efeito de *transformação*, um processo de *transformação* englobado por um Ser Supremo indivisível, que corporifica, entre outras qualidades, o que Platão (427-347 a.C.) qualificava como o *Bem* ⁷. De certa forma, até as pedras bradam por tais questões de princípio ⁸.

Conseqüentemente, quando demonstramos, por acesso à razão, que um certo princípio universal ou aproximadamente universal deve ser verdadeiro, o ecumenismo monoteísta passa a ganhar uma dupla vantagem. Já que todo o conhecimento humano é, em última instância, fornecido pela razão, não pode haver ensinamento válido em qualquer religião que contradiga a verdadeira razão, do modo pelo qual definiremos

razão nos próximos capítulos; não pode haver objeção válida a este princípio que possa ser tolerada com base na rejeição secular de preceito religioso.

Economia física

Pela natureza do assunto, não há campo de investigação que una todos os assuntos da razão humana - direito, ciência, arte etc. - tão direta e imediatamente quanto a ciência da Economia Física, fundada por Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). Este é um ponto de vista especial do trabalho que aqui prefaciamos.

Como pode ser visto em resumo no documento em anexo, a *Economia Física* é a ciência da *mudança bem sucedida*, um estudo da dependência da existência continuada de uma sociedade a partir de formas *bem sucedidas* de geração, transmissão e assimilação eficiente do progresso científico fundamental. A medida deste progresso efetivo é um aumento no que a Economia Física define como taxa de incremento da densidade populacional potencial⁹ daquela sociedade como um todo. Esta serve, assim, como uma medida empírica eficiente, tanto da adequação da forma de mudar o método de raciocínio da sociedade quanto, portanto, da adequação do princípio de mudança adotado para tal prática.

Toda sociedade que desafiar essas considerações estará ameaçando a sua própria existência continuada e uma sociedade que está, implicitamente, se tornando uma abominação aos olhos de Deus, uma sociedade que não apenas está perdendo a capacidade moral de sobreviver, mas que, no calendário divino, não sobreviverá muito em sua forma presente.

Historicamente, até hoje, a forma mais aproximada de economia política consistente com os princípios cristãos é o assim denominado *mercantilismo*, derivado do *colbertismo* francês e da influência abrangente de Leibniz. Esta derivação veio a ser conhecida pelo nome que lhe foi oficialmente dado pelo secretário do Tesouro dos EUA, Alexander Hamilton (1757-1804): “o Sistema Americano de Economia Políti-

ca”¹⁰. O seu nome veio a se associar ao trabalho dos economistas norte-americanos Mathew Carey (1760-1839) e Henry Carey (1793-1879) e do alemão Friedrich List¹¹.

Os adversários mortais do sistema “mercantilista” ou “americano” eram os anglo-franco-suíços, conhecidos no início do século XVIII como o “Partido Veneziano”¹². Esta era a facção política aliada contra Leibniz e seus amigos e aliada ao primeiro duque de Marlborough (1650-1722), aliada às redes de Voltaire (1694-1778), com os fisiocratas e com o chamado “liberalismo britânico” do século XVIII, de Hugh Walpole, David Hume, Shelburne, Adam Smith, Jeremy Bentham e Thomas Malthus, em geral. Estes fisiocratas e liberais eram o principal semblante da facção pró-usura daquele século.

Essa questão do século XVIII é melhor compreendida enfatizando-se que os liberais e os *iluminados* do século de Voltaire estavam comprometidos com um retorno ao modelo de uma Roma Imperial pagã. Por isso, os chamamos “românticos”. Estes românticos se dedicavam à derrocada da Cristandade com o objetivo de desenvolver a sua *utopia imperial romântica*. Esta é a raiz das *estruturas do pecado*¹³ na civilização européia ocidental e norte-americana de hoje. Estas eram, então, e ainda o são hoje, tanto a facção pró-usura quanto a forma cultural utópica das quais emergiram as atuais utopias satânicas da “Nova Era”.

O modelo do “Sistema Americano”

Não consideramos que o “Sistema Americano” de Leibniz-Hamilton-List seja um modelo perfeito. Não estamos propondo que a cúpula da liderança americana de 1776-89 fosse uma corporificação pura dos princípios cristãos.

Fazemos duas reivindicações modestas para esse sistema. Primeiramente, no domínio da economia política, ele foi, na época, a única resistência significativa contraposta ao imperialismo britânico do século XVIII e, posteriormente, enquanto resistiu a este mal. Em segundo lugar, em relação aos sistemas liberal britânico e comunista, a forma de Leibniz-

Hamilton-List do Sistema Americano constitui a única corrente historicamente notável de economia política moderna que demonstrou ser uma alternativa bem sucedida ao duplo e catastrófico fracasso moral do liberalismo britânico e do comunismo. Assim, historicamente, o Sistema Americano é a única aproximação significativa de um sistema agroindustrial moderno que tende a fornecer os meios para satisfazer os requisitos da encíclica *Rerum Novarum*. Em contraste, o liberalismo britânico engendra no maior grau, intrínseca e implicitamente, todos os principais males abordados por aquela encíclica.

Em um prazo relativamente curto ou, mesmo, a médio prazo, mudanças drásticas na prática podem ter sucesso apenas se a maioria da população puder ser induzida a considerar as inovações como portadoras da autoridade histórica de um precedente bem sucedido.

Assim, nos Estados Unidos da América, por exemplo, quase toda pessoa que tenha hoje mais de 40 anos de idade tem uma lembrança vívida do momento e das circunstâncias em que tomou conhecimento do assassinato do presidente John F. Kennedy. Desta forma, é relativamente fácil recordar as tendências mais felizes da política econômica da Administração Kennedy, em relação às tendências comparativamente depressivas das administrações adjacentes de Dwight Eisenhower e Lyndon Johnson. Portanto, a idéia de reviver as políticas anti-recessivas referentes aos precedentes bem sucedidos do período 1961-63 deve tender a ganhar apoio, sob as circunstâncias econômicas mais duras vigentes nos EUA de hoje.

Do mesmo modo, é necessário apenas um prazo um pouco mais longo para que a mentalidade americana ou européia recorde as políticas “mercantilistas” mais felizes do sistema americano de Friedrich List, Charles de Gaulle, Konrad Adenauer ou do italiano Enrico Mattei.

Portanto, os que observamos as condições globais de hoje sob o ponto de vista de uma leitura ecumênica da encíclica *Rerum Novarum* somos obrigados a considerar uma visão histórica prática das medidas de melhoria disponíveis, cujo

emprego represente uma tática filosoficamente *inquestionável* para levar adiante a causa dos princípios. Destarte, somos obrigados a questionar, formal e historicamente, por que o Sistema Americano de Hamilton, List *et al.* é consistente com os princípios cristãos, enquanto o liberalismo britânico se opõe a estes princípios. Não estamos, portanto, adotando o Sistema Americano como um ponto da doutrina cristã ou ecumênica.

No entanto, embora sejamos obrigados a recomendar essa atenção para métodos historicamente comprovados, o trabalho necessário não nos permite descer à mediocridade moral do mero pragmatismo. Ele não nos livra do dever de estabelecer princípios que sejam inteiramente consistentes com as leis eternas que a razão pode tornar acessíveis ao nosso conhecimento. Assim, se recomendamos o Sistema Americano como um precedente historicamente comprovado para modelar as políticas paliativas de curto e médio prazo hoje necessárias, devemos também estabelecer os princípios diretores que devem guiar-nos a médio e longo prazos, os quais, talvez, possam ser diferentes dos do Sistema Americano precedente.